

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS № 037/2025

O **MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 73.357.469/0001-56, sediado na Rua São João, n.º 290, Centro, Lagoa Santa/MG, CEP 33.230-103, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por:

Nome: ALESSANDRO JORGE SALVINO

Cargo: Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

**CPF:** | \*\*\*.356.056-\*\*

E por outro lado, doravante designada CONTRATADA:

Empresa: ARPAN ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 30.360.120/0001-60

Rua Maurea de Oliveira Fantoni, nº 83, Bairro Candelária,

Representante:

Belo Horizonte/MG, CEP: 31.535-620

Arnaldo Janssen Pantuza Junior

CPF:

\*\*\*.676.736-\*\*

Em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 com suas alterações posteriores e no Decreto Municipal nº 4.809, de 09 de Fevereiro de 2023, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Concorrência n° 002/2025, Processo Administrativo nº 002/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. A finalidade do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM IMPERIAL NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
  - 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
    - 1.2.1. Instrumento convocatório;
    - 1.2.2. Projeto Básico;
    - 1.2.3. A Proposta da **CONTRATADA**;
    - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 08 (oito) meses contados da data de última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogável na forma da Lei Federal nº 14.133/21.
- 2.2. Após o recebimento da ordem de início do serviço, a **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 2.3. O prazo total de execução das obras será de 04 (quatro) meses a contar da data do recebimento da "ordem de início do serviço" expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, podendo tal prazo ser prorrogado a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, até que sejam concluídas a obras, em caso de atraso devidamente justificado, sem que caiba pagamento adicional à **CONTRATADA**. Após emissão do Termo Provisório de Entrega da Obra haverá possibilidade de procedimentos para eventuais correções a serem executadas pela empresa.

# 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
  - 4.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
    - 4.1.1.1. A **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE** documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada nos autos do processo correspondente.
  - 4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 4.000.500,00 (quatro milhões e quinhentos reais).

EMPRESA: ARPAN ENGENHARIA LTDA CNPJ:30.360.120/0001-60								
	ITENS PARA O FORNECEDOR							
ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)			
1	1	SV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM IMPERIAL NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG - Conforme relação constante no projeto básico, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra	4.000.500,00	4.000.500,00			
R\$ 4.000.500,00 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS REAIS)								

- 5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.2. As dotações orçamentárias para o presente exercício, destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previstas e indicadas no processo, sob os seguintes números:

FICHA	DOTAÇÃO
297	02.04.05.15.451.0028.1013.4.4.90.51.00

- 5.3. As partes das despesas decorrentes desta contratação, que não forem realizadas no ano corrente, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.
- 5.4. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil IN RFB 1.234/2012 ou legislação que venha a suceder.
- 5.5. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero, incluindo os optantes pelo Simples Nacional, devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se

não o fizerem sujeitarem-se à retenção de imposto de renda no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

- 5.6. O pagamento da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** será devido a cada fornecimento realizado, em conformidade à ordem de serviço, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento hábil.
- 5.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, incluídos na linha de pagamento após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo órgão requisitante.
  - 5.7.1. A ausência de destaque ou indicação incorreta do Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF no documento fiscal é considerada irregularidade na emissão dos documentos fiscais para fins do disposto no subitem anterior, sob pena de devolução ou arbitramento de alíquota e retenção de ofício a critério da administração.
  - 5.7.2. A nota fiscal deverá ser em formato eletrônico e encaminhada ao **CONTRATANTE**, contendo o número da autorização de fornecimento e o número do contrato a que se refere, bem como os dados bancários para depósito do pagamento desta, acompanhada da cópia da respectiva autorização de fornecimento.
    - 5.8. Não serão incluídos na linha para pagamentos:
  - 5.8.1. Pedidos que não forem entregues em conformidade às condições do edital, e seus anexos, restando suspenso o pagamento até seu recebimento regular;
  - 5.8.2. Pedidos cujo ocorra irregularidade na emissão dos documentos fiscais, os trâmites para pagamento e a inclusão na ordem de pagamento ocorrerão após reapresentação dos documentos devidamente regularizados.
- 5.9. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade e/ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- 5.10. A **CONTRATADA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, juntamente com as notas fiscais, certidões para fins de comprovação de regularidade fiscais junto às fazendas Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS.
- 5.11. Para as parcelas decorrentes do fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento e recolhimento de todas as obrigações trabalhistas e de seguridade social.
- 5.12. 5.12. No caso de atraso pelo **CONTRATANTE**, caberá atualização monetária aos valores devidos. A atualização será proporcional ao período de

atraso e baseada no último mês divulgado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

# 6. CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:
  - 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do instrumento contratual como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21;
  - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 6.1.3. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.
    - 6.1.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado para a presente contratação.
    - 6.1.3.2. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Construção Civil (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
    - 6.1.3.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
    - 6.1.3.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
    - 6.1.3.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
    - 6.1.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

- 6.1.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 6.2. O pedido de alteração ou atualização deverá ser protocolado via sistema de protocolo disponível no endereço eletrônico: http://protocolo.betha.cloud, com toda a documentação comprobatória da solicitação, que demonstre claramente a variação verificada entre a situação original e a atual, mantendo no reequilíbrio o desconto concedido pela **CONTRATADA** sobre valor prévio que consta no processo licitatório.
- 6.3. Mesmo após abertura do processo do pedido, a **CONTRATADA** fica <u>OBRIGADA</u> a entregar os bens solicitados mediante autorização de fornecimento pelo **CONTRATANTE**, no mesmo valor registrado, até a conclusão final do processo, qual seja, assinatura de termo bilateral de aditamento de acordo com as legislações pertinentes.

# 7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:
- 7.1.1. Arcar com as despesas de publicação do extrato deste contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados;
- 7.1.2. Acompanhar, fiscalizar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e demais documentos;
- 7.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico:
- 7.1.4. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;
- 7.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº. 4809, de 09 de fevereiro de 2023 e neste Contrato;
- 7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.8. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que Rua São João, 290 Centro Lagoa Santa/MG Fone: (31)3688-1300 Ramal 1320 Fax: (31)3689-3795

www.lagoasanta.mg.gov.br licitacao@lagoasanta.mg.gov.br

vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

- 7.1.9. Na hipótese de ser acionado judicialmente em razão do descumprimento da legislação trabalhista ou de natureza civil, o **CONTRATANTE** reterá do pagamento devido à **CONTRATADA** o valor correspondente ao atribuído à ação, o qual será depositado em conta separada até a solução final do litígio;
- 7.1.10. Fiscalizar o cumprimento das obrigações quanto ao cumprimento da cota de aprendizes pelas empresas contratadas por meio de consulta ao Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente pelo link: https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz e cumprimentos das demais obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- 7.1.11. Demais obrigações decorrentes de previsão no instrumento convocatório, Projeto Básico e seus anexos.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. É obrigação da **CONTRATADA** cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 8.1.1. Manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-lo na execução do contrato:
    - 8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
    - 8.1.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo **CONTRATANTE** e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
  - 8.1.2. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
  - 8.1.3. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.
  - 8.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

- 8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros.
  - 8.1.6.1.O **CONTRATANTE** ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigido, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 8.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 8.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação:
  - 8.1.9.1. A **CONTRATADA** deverá entregar, junto à Nota Fiscal, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, documentação que comprove o atendimento das condições exigidas para a habilitação fiscal, social, trabalhista e previdenciário;
  - 8.1.9.2. Para os serviços de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra deverá ser apresentado o registro dos contratos de trabalho, pagamento dos salários no prazo legal, concessão e pagamento de férias, recolhimentos previdenciários, e dos depósitos referentes ao FGTS, concessão das vantagens previstas em normas coletivas, exames.
- 8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE.**

- 8.1.11. Para os contratos celebrados com prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os aprendizes a serem contratados deverão ser priorizados adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social nos termos do art. 53, caput, incisos I a III e §§ 1° e 2°, do Decreto Presidencial n° 9.579/18, com redação conferida pelo Decreto Federal n° 11.479/23.
- 8.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 8.1.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.1.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE**, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 8.1.17. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.19. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual EPI, quando for o caso.

- 8.1.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 8.1.23. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 8.1.25. Atender às solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.
- 8.1.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 8.1.27. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
- 8.1.28. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 8.1.29. Demais obrigações presentes no instrumento convocatório Projeto Básico e seus anexos.

# 9. CLÁUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização deste contrato serão realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por meio dos gestores e Rua São João, 290 Centro – Lagoa Santa/MG Fone: (31)3688-1300 Ramal 1320 – Fax: (31)3689-3795

www.lagoasanta.mg.gov.br licitacao@lagoasanta.mg.gov.br

fiscais de contrato, a serem designados por meio de ato formal, observado o disposto nos artigos 117 e 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2. A **CONTRATADA** é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização na execução do objeto pelo **CONTRATANTE**, bem como a permitir o acesso às informações consideradas necessárias.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. A contratação conta com garantia de execução no valor de R\$ 1.623.340,25 (um milhão, seiscentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos) nos moldes do art. 59, § 5.º e do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, na modalidade Seguro Garantia dois quais:
  - 10.1.1. R\$ 20.025,00 (vinte mil e vinte e cinco reais): valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
  - 10.1.2. R\$ 1.603.315,25 (um milhão, seiscentos e três mil, trezentos e quinze reais e vinte e cinco centavos): garantia adicional.
- 10.2. Independentemente da exigência de garantia de execução contratual, a **CONTRATADA** permanecerá integralmente responsável por garantir a qualidade dos serviços e dos bens fornecidos, em conformidade com as especificações e os padrões de qualidade estabelecidos e mutuamente acordados. Adicionalmente, a **CONTRATADA** obriga-se a corrigir quaisquer falhas ou defeitos que venham a ser identificados, assegurando que o resultado final esteja de acordo com as obrigações contratuais estipuladas.

# 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o descumprimento total ou parcial dos contratos administrativos celebrados com o Município de Lagoa Santa, serão aplicadas as sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e do Decreto Municipal n° 4.809, de 09 de fevereiro de 2023, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa
  - I **Advertência** comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.
  - II Multa deverá observar os seguintes limites máximos:
    - a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia, até o limite de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor contratado, pelo atraso de até 60 (sessenta) dias na execução do objeto, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;

- b) 15% (quinze por cento) sobre o valor do contratado, independentemente da aplicação de outras sanções previstas em lei, na hipótese da adjudicatária recusar assinar o contrato, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, ou recusar efetuar a garantia contratual, ou apresentar para habilitação no processo licitatório ou para cadastro, documentos falsos ou irregulares;
- c) 30% (trinta por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, ou entrega de objeto com vícios, defeitos ocultos, fora das especificações estabelecidas no edital, que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou cometer atos inidôneos.
- III **Impedimento de licitar ou contratar**: impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa pelo prazo máximo de 03 (três) anos e será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos e será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III, do caput deste artigo.
- § 1º O valor da multa aplicada nos termos do inciso II, desta cláusula, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal, caso os valores não sejam suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da aplicação ou cobrado judicialmente.
- § 2º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada.
- § 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV, desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado.

# 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto nos termos da Lei Federal 14.133/21, desde que ocorra com estrita obediência aos pressupostos legais.
  - 12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
  - 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

# 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — CASOS OMISSOS E DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.
- 13.2. É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94, da Lei Federal n° 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal n° 14.133/21.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Lagoa Santa, 2025.

### MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO ALESSANDRO JORGE SALVINO CONTRATANTE

# ARPAN ENGENHARIA LTDA ARNALDO JANSSEN PANTUZA JUNIOR CONTRATADA

Testemunhas:		
CPF:	CPF	



### ANEXO I AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 037/2025

### PROJETO BÁSICO

# Anexo da CI nº 2101/2024/SMDU Solicitações nº 8251 e 8252

ADEQUAÇÕES VIÁRIAS EM DIVERSOS LOGRADOUROS NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

### 1. Objeto

- 1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM IMPERIAL NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG, conforme relação constante deste projeto básico, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra, a ser executados com recursos próprios e provenientes do Contrato de Repasse OGU nº 952722/2023 Operação 1090953-58 Programa Mobilidade Urbana Pavimentação asfáltica de vias no município de Lagoa Santa/MG.
- **1.2.** Integram este estudo, como se dele fizessem parte, todos os elementos técnicos indispensáveis à caracterização do objeto, como projetos, memorial descritivo, planilhas e cronograma físico-financeiro da obra.

### 2. Fundamentação do Processo

- **2.1.** A pavimentação asfáltica de diversas ruas do bairro Jardim Imperial no município de Lagoa Santa encontram-se danificadas, apresentando buracos, ondulações, afundamentos, desgaste superficial, entre outros problemas, prejudicando os veículos que transitam na região, sendo que o asfalto danificado torna-se um ponto crítico, passível de acidentes.
- **2.2.** O desgaste e envelhecimento do asfalto devido ao tráfego intenso e variações climáticas acarreta fissuras, trincas e deformações no pavimento, comprometendo sua integridade e estrutura.
- **2.3.** Existe ainda a necessidade de adequação do sistema de drenagem com a finalidade de se evitar efeitos indesejáveis causados pela pluviosidade intensa.



- **2.4.** Nesse sentido, com objetivo de adequar a infraestrutura urbana do município, oferecendo vias adequadas e seguras, faz-se necessário a realização dos serviços de recapeamento, drenagem e urbanização.
- **2.4.** Trata-se de uma obra de engenharia do tipo **comum** e deverá ser executada sob o regime de **empreitada por preço unitário** por serem de características técnicas compatíveis, com execução prevista para 04 meses podendo ser prorrogado conforme disposições da Lei Federal n° 14.133/21.

### 3. Localização da Obra

- **3.1**. As obras serão realizadas em diversos logradouros do município, conforme projetos e relatório fotográfico.
- 3.2. Listagem das ruas receberam os serviços de recapeamento e/ou drenagem e/ou urbanização:

### 3.2.1. BAIRRO JARDIM IMPERIAL:

- 3.2.1.1 RUA EDSON RAMOS
- **3.2.1.2 RUA QUINZE**
- 3.2.1.3 RUA ANA COSTA VIANA
- 3.2.1.4 RUA CARLOS MOURA MURTA
- 3.2.1.5 RUA NELSON CÂNDIDO GUIMARÃES
- 3.2.1.6 RUA ONOFRE AURELINA DA SILVA
- 3.2.1.7 RUA SANDRO CARDOSO DE SOUZA
- 3.2.1.8 RUA THEREZINHA RAMOS
- 3.2.1.9 RUA SANTA CRUZ

### 4. Garantia dos Serviços

- **4.1** Executar os serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, cadernos de encargos da **SINAPI OUT/24**, **SETOP JUL/24**, **SUDECAP JUL/24**, **SICRO JUL/24**.
- **4.2** Garantia de todas as informações levantadas e documentadas sobre os serviços executados, sendo a CONTRATADA passível de ser responsabilizada civil e penalmente por eventuais danos causados que ocorrerem a terceiros quando na execução dos serviços, seja por culpa ou dolo na conduta dos seus subordinados inerentes aos serviços prestados.



- **4.3**. A empresa contratada responderá pela solidez e segurança dos serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo reparar todo e qualquer vício apresentado durante o período de cobertura da garantia legal.
- **4.4.** A licitante vencedora do certame deverá apresentar garantia de execução do contrato correspondente a 5% do valor inicial do contrato, conforme Art. 98º da lei nº 14133/2021.

### 5. Responsabilidades da Contratada

- **5.1** Executar os serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, cadernos de encargos da **SINAPI**, **SETOP**, **SUDECAP** e **SICRO**, com fornecimento de material, EPI's, equipamentos e mão de obra em conformidade com as obrigações dispostas no contrato e memorial descritivo de execução.
- **5.2.** A empresa contratada fornecerá a Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente quitada e assinada pelo responsável técnico pela execução das obras, de acordo com a legislação do órgão competente e demais cabíveis no ato da entrega da ordem de serviço.
- **5.3.** Os equipamentos a serem utilizados deverão ser de propriedade e/ou de responsabilidade da contratada.
- **5.4.** Os serviços deverão ser supervisionados por responsável técnico habilitado.
- **5.5.** Deverá ser entregue ao final da obra "as built" de todas as instalações executadas.
- **5.6.** Qualquer alteração ou melhoria para a boa construção deverá ser apresentada à Diretoria de Obras para devida aprovação e anuência.
- **5.7.** Manter os seus empregados, quando em serviço, utilizem todos os equipamentos de proteção individual (EPI) na realização das atividades que assim os exijam, tais como: capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares e etc., e manterem-se devidamente uniformizados (**modelo da PMLS conforme ANEXO III** podendo a blusa ser de malha e de manga comprida quando necessária em época de frio, as capas de chuva deverão ser transparentes), observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.
- **5.8.** Substituir qualquer empregado, preposto e/ou subcontratado que a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, julgar inapto, não-qualificado ou prejudicial ao FORNECIMENTO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas



da simples solicitação que a CONTRATANTE lhe fizer nesse sentido, ou imediatamente após a ocorrência de fato grave, de ordem moral e/ou disciplinar, garantindo a mesma perfeição técnica;

**5.9.** A CONTRATADA deverá apresentar **sempre que solicitado** pela CONTRATANTE os ensaios para os serviços executados, conforme relacionados dentro das **normas do DNIT (ANEXO II) deste Projeto Básico.** 

### CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ)

- Serão efetuadas medidas de temperatura da mistura, no momento do espalhamento e no início da rolagem, na pista. Em cada caminhão, antes da descarga, será feita, pelo menos, uma leitura da temperatura. A CONTRATADA deverá fornecer termômetro devidamente calibrado para uso exclusivo da CONTRATANTE para que seja feita a verificação de temperatura conforme Caderno de encargos da SUDECAP item 20.10 subitem "c".
- Dois ensaios Marshall, com três corpos-de-prova cada, devem ser realizados por dia de produção da mistura. Os valores de estabilidade e de fluência deverão satisfazer ao especificado no Memorial Descritivo. As amostras devem ser retiradas após a passagem da acabadora e antes da compressão.
- **5.10.** Executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados neste Projeto Básico, nos memoriais e nos desenhos que compõem o projeto, fornecendo todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o recebimento da obra, obrigando-se a repará-lo de imediato;
- **5.11** Comunicar, por escrito, ao Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas no projeto, não sendo, a eventual existência de falhas, razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza;
- **5.12.** Solicitar autorização à Fiscalização para sub-empreitar serviços especializados a empresas com comprovada idoneidade técnica, sendo vedado sub-empreitar a totalidade dos serviços;
- **5.13.** Apresentar, com antecedência, à Fiscalização, amostras dos materiais a utilizar que, uma vez aprovadas, passarão a fazer parte do mostruário oficial da obra para fins de confrontação com partidas de fornecimento;

- **5.14.** Retirar do canteiro da obra os materiais não especificados ou rejeitados pela Fiscalização;
- **5.15.** Transportar para local do canteiro da obra indicado pela Fiscalização os materiais aproveitáveis provenientes de demolições que pertencerão, a menos que indicado em contrário, ao Contratante e dele retirar os materiais inservíveis, às suas expensas;
- **5.16.** Utilizar modernos e eficientes equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros;
- **5.17.** Encaminhar ao contratante, cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços contratados;
- **5.18.** Fornecer cópias do resultado de ensaios ou testes de materiais ou serviços a seu cargo à Fiscalização, sendo que a retirada de amostras e o preparo de corpos de prova serão executados com assistência da Fiscalização, cabendo a esta aprovar previamente o laboratório onde serão realizados os ensaios e testes;
- **5.19.** Tomar as providências necessárias para que, sempre que a utilização da obra depender de aprovação de outras entidades (concessionárias de abastecimento elétrico, de água e de gás e de serviços de telefonia e saneamento, Corpo de Bombeiros, Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem DERMG, etc), esta aprovação seja obtida em tempo hábil, para não atrasar o início da utilização, que deverá coincidir com a entrega da obra, cabendo-lhe, ainda, providenciar as vistorias, testes e aprovações de materiais, equipamentos e instalações exigidos por aquelas entidades, quando for o caso, arcando com o pagamento das taxas e emolumentos correspondentes.
- **5.20.** Todos os desenhos e demais elementos do projeto que são fornecidos à Contratada são entregues sob reserva de qualquer lapso que porventura contiverem e não servirão de argumento à mesma para que se exclua da responsabilidade da completa e perfeita execução dos serviços;
- **5.21.** As obras e instalações devem ser entregues completas, para pronta utilização e perfeitamente integradas às instalações e pavimentos circunvizinhos. As áreas deverão estar limpas, desocupadas, livres de sobras, respingos, entulhos ou quaisquer outros vestígios remanescentes.

- **5.22.** Em qualquer fase do processo, desde a assinatura do contrato até o recebimento e aceitação dos materiais e serviços, a Fiscalização reserva-se o direito de, quando julgar necessário ou conveniente, acompanhar a execução dos serviços, exercendo o controle de qualidade. Tal acompanhamento não exime a Contratada de suas responsabilidades técnicas e contratuais. A Fiscalização deverá ser sempre acompanhada por pessoa qualificada que, representando a Contratada, possa fornecer explicações detalhadas em cada fase do processo.
- **5.23.** É responsabilidade da contratada a proteção dos serviços e materiais contra a ação destrutiva das águas pluviais, do tráfego e de outros agentes que possam danificá-los.
- **5.24.** A contratada e eventuais subcontratadas deverão executar os serviços considerando sempre os requisitos ambientais adequados, seguindo a legislação ambiental vigente (Federal, Estadual e Municipal), as Resoluções do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CODEMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (**ICMBio**) e as normas da ABNT.

### 6. Obrigações da Contratante

- **6.1.** A contratante fornecerá o desenho técnico com os elementos técnicos necessários para a execução da obra.
- **6.2.** Facilitará por todos os meios o exercício das funções da contratada, fornecendo informações técnicas bem como esclarecimento por parte da equipe de engenharia e da SDU a eventuais observações que se fizerem necessário.
- **6.3.** Fiscalizará o andamento da obra através dos profissionais da Diretoria de Obras, avaliando quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

### 7. Qualificações da Empresa

- 7.1 Qualificações Técnicas
- 7.1.1 Certidão de Registro da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente;
- **7.1.2** Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, devidamente registrado pelo conselho profissional competente ou Certidão de Acervo Operacional CAO, comprovando que a licitante executou, diretamente, obras e serviços, com quantitativos mínimos com descrição onde os serviços apresentem semelhança técnica igual ou superior à solicitada descritos no quadro abaixo.



**7.1.3**. Justifica-se a exigência de apresentação do Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional devido a necessidade da Administração Pública Municipal aferir se o licitante reúne todas as condições técnicas necessárias para a execução satisfatória do objeto, garantindo segurança para a contratação, nesse sentido, em conformidade com o previsto no artigo 67, § 1º da Lei 14.133/2021, os serviços abaixo indicados representam àqueles de maior relevância e valor significativo para execução do objeto, cujo valor individual é igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da obra:

SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE				
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE						
CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO	536	M3				
- EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019						
TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS						
DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 1000 MM,	126	М				
JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM						
ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS -						
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024						
ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO,						
COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA	0407	M2				
MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M.	2437	IVIZ				
AF_08/2020						
SARJETA DE CONCRETO URBANO (SCU), TIPO 1,	0500	М				
COM FCK 15 MPA, LARGURA DE 50CM COM						
INCLINAÇÃO DE 3%, ESP. 7CM, PADRÃO DER-MG,						
EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO,	2526	IVI				
APILAOMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA						
DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	CAVADO (EM CAÇAMBA)					
TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS						
DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 600 MM,						
JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM	209	M				
ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS -						
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024						



PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA		
MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA,	355	М3
LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020		

- **7.1.3.1** Na comprovação da execução dos serviços de características semelhantes os atestados devem contemplar todos os serviços referentes às parcelas de maior relevância <u>podendo ocorrer somatórias dos itens</u> descritos nos quadros acima.
- **7.1.3.2** Os atestados apresentados deverão ser de obras concluídas, registrado (s) no órgão competente e acompanhados da Certidão de Acervo Técnico (CAT).
  - 7.1.3.2.1 As empresas que possuam natureza compatível com o objeto licitado poderão participar do certame, desde que apresentem os atestados de capacidade **Técnico-Operacional**, requeridos conforme consta neste projeto básico.
- 7.1.4 A Licitante deverá possuir em seu quadro, na data prevista para a entrega das propostas, **profissional** de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Certificado de Acervo Técnico, emitido pelo órgão competente, na modalidade técnica compatível com o objeto licitado e respectivos atestados **Técnico-Profissional**, devidamente registrado(s) no órgão competente, acompanhando(s) de certidão(es) de Acervo Técnico CAT, específica(s) para a obra referida no(s) atestado(s), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) para ser(em) responsável(is) técnico(s) da obra, comprovadamente integrante(s) do quadro da licitante, por execução e/ou coordenação de **serviços de características técnicas semelhantes ao objeto licitado**.
  - **7.1.4.1** O **profissional** cujo(s) atestado(s) venham atender à(s) exigências do **item 7.1.4** não poderá ser substituído por outro profissional, sem a prévia aprovação formal do contratante do decorrer da prestação de serviços.
- 7.1.5 <u>Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pela licitante para o seu próprio responsável técnico.</u>

- **7.1.5.1.** Justifica-se que a não aceitação de atestados de capacidade técnica emitidos pela licitante para o seu próprio responsável técnico decorre da necessidade da Administração Pública certificar de forma imparcial se a licitante possui capacidade de cumprir com o objeto licitado, bem como a sua qualidade em prestação de serviços anteriores, conforme disposto no artigo 67 da Lei 14.133/2021.
- **7.1.6** A comprovação de que esse profissional indicado pertence ao quadro da empresa se fará através da certidão de registro de pessoa jurídica na entidade profissional competente ou de um dos documentos a seguir relacionados:
  - a) Ficha de registro de trabalho;
  - b) Contrato de trabalho;
  - c) CTPS (carteira de trabalho e previdência social);
  - d) Contrato de prestação de serviços autônomos em plena vigência;
  - e) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
  - f) Declaração de compromisso de vínculo devidamente assinada pelo preponente e pelo profissional;

### **7.1.6.1** Certidões a serem apresentadas:

- a) Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que, se declarada habilitada deste certame, disporá de canteiros de obras, equipamentos e pessoal essenciais para o cumprimento tempestivo do objeto desta licitação;
- b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente;
- c) Atestado de visita técnica ou declaração formal do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto licitado, das condições e das peculiaridades inerentes a execução.
- d) Na hipótese da licitante vencedora do certame não dispor de usina de asfalto próprio, nos termos do item 8.4 deste projeto básico, deverá apresentar declaração formal de compromisso de fornecimento da massa asfáltica em CBUQ, na quantidade necessária ao completo cumprimento de toda a vigência do contrato, adequadas às exigências qualitativas tais como manutenção das características de trabalhabilidade, aplicabilidade,



temperatura, condições de compactação de forma que a fiscalização possa confirmar a qualidade da massa asfáltica, durante à prestação dos serviços, no período de vigência, fixados pelas normas anexas nesse documento (ANEXO II), assinada pelo representante legal da licitante e pelo representante legal da usina indicada, sob pena de não assinatura do contrato e convocação da segunda colocada.

### 7.2 Composição do BDI:

- **7.2.1.** A licitante deverá compor o BDI seguindo modelo da composição apresentada pela PMLS que está em conformidade com o Acórdão 2622/2013. A composição do BDI deverá ser parte integrante da proposta comercial apresentada.
  - **7.2.1.1** O BDI calculado de 30,17% é meramente um balizador, sendo uma sugestão da Diretoria de Obras, devendo a empresa licitante respeitar os intervalos admissíveis no acórdão nº 2622/2013, conforme modelo anexo;
  - **7.2.1.2** Nos percentuais referentes a tributos deverá ser considerado para efeito de cálculo o ISS do município ou correspondente na sua inserção no Simples Nacional;
  - **7.2.1.3** O valor final do BDI apresentado deverá estar dentro do intervalo padrão admissível previsto no acórdão nº 2622/2013.
  - **7.2.1.4** Na composição dos preços unitários da planilha orçamentária foram utilizados valores DESONERADOS que deverão ser seguidos de acordo com o regime optado pela empresa.
  - **7.2.1.5.** Caso a licitante apresente preços não desonerados, deverá observar o valor máximo estimado para a licitação.
  - **7.2.1.6** A licitante deverá atender as recomendações do projeto básico, edital e seus anexos para formulação de proposta, de forma a existir igualdade de participação de todos os licitantes.

### 8. Informações/Disposições Gerais

### **8.1.** VISITA TÉCNICA

**8.1.1**. A licitante deverá conhecer os locais de realização das obras, por meio de agendamento, o que deverá ocorrer em data e horário marcados junto à Diretoria de Obras, pelos telefones 3688 1307, falar com Grace ou Paula, no período a ser

determinado no edital, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução.

- **8.1.1.1.** A Diretoria de Obras irá emitir o Atestado de Visita Técnica que será documento obrigatório para a habilitação.
- **8.1.2** Caso a empresa decida por não realizar a visita técnica a mesma deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração formal do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto licitado, das condições e das peculiaridades inerentes à contratação e de que está ciente de todas as condições para a realização do orçamento da obra.
- **8.1.2**. A declaração prevista no item 8.1.2 deverá ainda conter informação que a licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo das obras, dos serviços e dos fornecimentos, das condições hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e dos acessos aos locais onde serão realizadas as obras e os serviços.
- **8.1.3** Não poderá a licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre o (s) local (is) e as condições pertinentes ao objeto do contrato.
- **8.2.** Caso a licitante opte em realizar a visita técnica, a mesma deverá ser realizada prioritariamente por um profissional que detenha conhecimento técnico sobre o objeto.
- **8.3** A licitante vencedora deverá credenciar seu representante sendo o mesmo obrigatoriamente engenheiro, para acompanhamento da obra, nos termos do item 7.1.6 deste projeto básico.
- **8.4.** Comprovação de disponibilidade de usina de CBUQ:
  - **8.4.1.** Declarada vencedora, a licitante deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar para a Diretoria de Obras a indicação de uma usina de asfalto para fornecimento do concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), bem como a sua localização, onde se compromete a disponibilizar os volumes necessários à execução dos serviços.
  - **8.4.2.** Na hipótese da licitante vencedora do certame não dispor de usina de asfalto próprio deverá apresentar declaração formal de compromisso de fornecimento da massa asfáltica em CBUQ, na quantidade necessária ao completo cumprimento de toda a vigência do contrato, adequadas às exigências qualitativas tais como manutenção das características de

trabalhabilidade, aplicabilidade, temperatura, condições de compactação de forma que a fiscalização possa confirmar a qualidade da massa asfáltica, durante à prestação dos serviços, no período de vigência, fixados pelas normas anexas nesse documento (ANEXO II), assinada pelo representante legal da licitante e pelo representante legal da usina indicada, sob pena desclassificação.

- **8.4.3.** A usina de asfalto solicitada que vier a ser indicada será vistoriada e deverá ser aprovada por funcionário da Diretoria de Obras do Município de Lagoa Santa no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data da indicação da usina.
- **8.4.4.** A Diretoria de Obras recusará a usina que não estiver adequada aos padrões técnicos de qualidade para aplicação fixada pelas normas anexas nesse documento (ANEXO II), sob pena desclassificação.
- **8.4.5.** Na ocasião da vistoria da usina de asfalto, a licitante vencedora deverá comprovar o licenciamento ambiental e os respectivos alvarás de instalação, funcionamento e Corpo de Bombeiro (AVCB), também válidos da área industrial das usinas, certificando que possui as condições de segurança contra incêndio previsto pela legislação vigente, sob pena de desclassificação.
- **8.4.6.** A licitante vencedora deverá apresentar ainda, declaração se comprometendo disponibilizar outra usina em substituição a indicada nas mesmas condições estabelecidas acima, caso ocorram problemas que impeçam a prestação dos serviços, sob pena de desclassificação.
- **8.4.7.** A licitante deverá ainda, assumir o formal compromisso de colocar no local de aplicação, na cidade de Lagoa Santa, a massa asfáltica de acordo com os padrões técnicos de qualidade para aplicação pelas normas anexas nesse documento (ANEXO II), sob pena de desclassificação.
- **8.4.8.** A licitante vencedora deverá credenciar seu representante, para fins de acompanhamento da visita à usina de asfalto, sendo o mesmo obrigatoriamente engenheiro/arquiteto, nos termos do item 7.1.6 deste projeto básico.

# 8.5. A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ SER APRESENTADA CONFORME MODELO DE PLANILHA APRESENTADA NO ANEXO I, DESTE PROJETO BÁSICO.



### 9. Medições e Pagamentos

- **9.1** As medições deverão ser executadas mensalmente, devendo a CONTRATADA apresentar as propostas de medição à FISCALIZAÇÃO até o dia 10 de cada mês, para aferição. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o ateste de cada medição, de acordo com os preços unitários ganhadores do certame.
- **9.2** Em nenhuma hipótese poderá haver antecipação de medição de serviços ou medição de serviços sem a devida cobertura contratual.

### 10. Recursos Orçamentários

**10.1** As despesas decorrentes das obras e serviços do contrato a ser gerado através deste processo licitatório, correrão à conta das dotações orçamentárias: 02.04.05.15.451.0028.1013.4.4.90.51.00 - Ficha: 344 - fontes 1.500 e 1.700.

Para o exercício financeiro subsequente as despesas correrão a conta das dotações orçamentárias correspondentes.

**10.2.** O valor orçado para realização dos serviços será de R\$ 5.603.815,27 (cinco milhões seiscentos e três mil oitocentos e quinze reais e vinte e sete centavos).

### 11. Prazos

- 11.1 Após o recebimento da ordem de início do serviço, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 11.2 O prazo total de execução das obras será de 4 (quatro) meses a contar da data do recebimento da "ordem de início do serviço" expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, podendo tal prazo ser prorrogado a critério exclusivo do CONTRATANTE, até que sejam concluídas a obras, em caso de atraso devidamente justificado, sem que caiba pagamento adicional à CONTRATADA. Após emissão do Termo Provisório de Entrega da Obra haverá possibilidade de procedimentos para eventuais correções a serem executadas pela empresa.
- **11.3 O prazo de vigência do contrato será de 08 (oito) meses,** a contar da data de assinatura do contrato, com a possibilidade de sua prorrogação.
- **11.4** Não será prorrogado o prazo de execução referente à administração da obra quando o atraso comprovadamente seja responsabilidade do CONTRATADO.



- 11.5. Os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Construção Civil INCC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas FGV de acordo com a natureza do serviço.
- **11.6.** O prazo para reajuste de preços será anual com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

### 12. Fiscalização dos Serviços

- **12.1** A gestão do contrato será conferida ao servidor Rogério Matos Viana, sendo substituído quando necessário pela servidora Paula Cristina Pereira.
- **12.2** A fiscalização técnica será conferida ao servidor Juscelino Rodrigues Mariano, sendo substituído quando necessário pelo servidor Gustavo Machado Duffles Teixeira.

### 13. Considerações Finais

- **13.1** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes do serviço até o limite de 30 % do total do contrato.
- **13.1.1.** O contratado deverá solicitar autorização expressa para subcontratar a parcela dos serviços indicada acima, devendo comprovar a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- **13.2** Este projeto Básico tem como objetivo principal demonstrar os preceitos técnicos fundamentais para um bom andamento do certame bem como da execução do objeto, não restringindo os Agentes de Contratação na utilização de quaisquer outros documentos, certidões, procedimentos, etc., que entender convenientes.
- **13.3** Todos os serviços discriminados no **item 1 Objeto** deverão ser executados conforme projetos e documentação técnica disponibilizadas aos licitantes;
- **13.4.** Todos os materiais e serviços deverão atender as exigências dos projetos, das especificações fornecidas pela PMLS e das Normas da ABNT, com comprovação de ensaios, testes ou outras provas definidas pela Fiscalização da PMLS e/ou as normas anexas nesse documento (ANEXO II);
- **13.5.** Fazem parte deste Projeto básico os seguintes anexos:
  - I Modelo de Planilha Orçamentária de Custos;
  - II Relação de Normas;



III - Modelo de Uniforme;

IV – Memórial Descritivo dos Serviços;

V – Planilha Orçamentária;

VI - Cronograma Físico-Financeiro;

VII - Composição de BDI;

VIII - Projetos.

IX – Relatório Fotográfico

**13.6** Para subsidiar a execução dos serviços que serão orçados e contratados, será disponibilizado na plataforma da licitação o *link* contendo os desenhos e projetos.

**13.7.** A licitante se responsabilizará por conhecer os projetos/documentos técnicos e também, os locais de execução dos serviços e, se for o caso, listar com clareza para a Comissão de Licitação em tempo hábil, as dúvidas, os erros, falhas ou omissões que inviabilizem a execução sequer parcial dos serviços;

13.8 Como bases dos preços de custo dos itens planilhados, foram utilizadas as planilhas de referência da SINAPI OUT/24, SETOP JUL/24, SUDECAP JUL/24, SICRO JUL/24.

Lagoa Santa, data da assinatura digital.

**DIÓRGENES DE SOUZA BARBOZA**Diretor de Obras



### **ANEXO I**

	OMARCA MPRESA	NOME ENDEREÇO DA EMPRESA CNPJ								
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS									
CONTRA	CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOASANTA FOLHA №: 01									
OBRA:							DATA:			
LOCAL:				FORMA DE EXECUÇÃO:						
REGIÃO	MÊS DE REFE	RÊNCIA: (DESONERADA).		( ) DIRETA (			(x )INDIRETA		BDI	
PRAZO	DE EXECUÇÃO	:								XX
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO UN	NIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI (MÃO DE OBRA)	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI (MATERIAIS)	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI (EQUIP. E FERRAMENTAS)	PREÇO UNITÁRIO TOTAL S/ BDI	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI	PREÇO TOTAL
		IDENTIFICAÇÃO DA OBRA	Λ							
										<b>-</b>
		·						TOTAL GER	AL DA OBRA	
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA LOCAL E DATA										



### **ANEXO II**

- DNER-EM 035/95 Peneiras de malhas quadradas para análise granulométrica de solos
- DNER-EM 362/97 Asfaltos diluídos tipo cura rápida
- DNER-EM 363/97 Asfaltos diluídos tipo cura média
- DNER-EM 364/97 Alcatrões para pavimentação
- DNER-EM 367/97 Material de enchimento para misturas betuminosas
- DNER-ME 035/98 Agregados Determinação da abrasão "Los Angeles"
- DNER-ME 043/95 Misturas betuminosas a quente Ensaio Marshall
- DNER-ME 051/94 Solos Análise granulométrica
- DNER-ME 054/97 Equivalente de areia
- DNER-ME 057/94 Microesferas de vidro retrorrefletivas para demarcação viária
- Determinação do teor de sílica
- DNER-ME 059/94 Emulsões asfálticas Determinação da resistência à água (adesividade) (NBR 6300)
- DNER-ME 078/94 Agregado graúdo Adesividade a ligante betuminoso
- DNER-ME 079/94 Agregado Adesividade a ligante betuminoso
- DNER-ME 080/94 Solos Análise granulométrica por peneiramento
- DNER-ME 082/94 Solos Determinação do limite de plasticidade
- DNER-ME 083/98 Agregados Análise granulométrica
- DNER-ME 086/94 Agregado Determinação do índice de forma
- DNER-ME 089/94 Agregados Avaliação da durabilidade pelo emprego de soluções de sulfato de sódio ou de magnésio
- DNER-ME 092/94 Solo Determinação da massa específica aparente, "in situ",
   com emprego do frasco de areia
- DNER-ME 122/94 Solos Determinação do limite de liquidez método de referência e método expedito
- DNER-ME 148/94 Material betuminoso Determinação dos pontos de fulgor e de combustão (vaso aberto Cleveland) (NBR 11341)
- DNER-ME 162/94 Solos Ensaio de compactação utilizando amostras trabalhadas – DNER-ME 180/94 Solos estabilizados com cinza volante e cal hidratada - Determinação da resistência à compressão simples



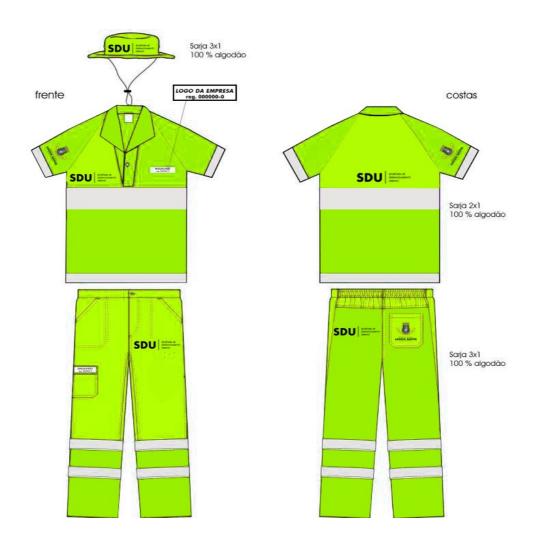
- DNER-ME 181/94 Solos estabilizados com cinza volante e cal hidratada Determinação da resistência à tração por compressão diametral
- DNER-ME 384/99 Estabilidade ao armazenamento de asfalto polímero
- DNIT 031/2006-ES Pavimentos Flexíveis Concreto Asfáltico
- DNIT 032/2005-ES Pavimentos Flexíveis Areia Asfalto a quente
- DNIT 033/2005-ES Pavimentos Flexíveis Concreto Asfáltico Reciclado a quente na usina
- DNIT 034/2005-ES Pavimentos Flexíveis Concreto Asfáltico Reciclado a quente no local
- DNIT 035/2018-ES Pavimentação Asfáltica Microrrevestimento asfáltico
- DNIT 047/2004-ES Pavimento Rígido Execução de pavimento rígido com equipamento de pequeno porte
- DNIT 048/2004-ES Pavimento Rígido Execução de pavimento rígido com equipamento de fôrma trilho
- DNIT 049/2013-ES Pavimento Rígido Execução de pavimento rígido com equipamento de fôrma deslizante
- DNIT 056/2013-ES Pavimento Rígido Sub-base de cimento de concreto
   Portland compactada com rolo
- DNIT 065/2004-ES Pavimento Rígido Sub-base de concreto de cimento
   Portland adensado por vibração
- DNIT 066/2004-ES Pavimento Rígido Construção com peças pré-moldada de concreto de cimento Portland
- DNIT 067/2004-ES Pavimento Rígido Reabilitação
- DNIT 137/2010-ES Pavimentação Regularização do subleito
- DNIT 138/2010-ES Pavimentação Reforço do subleito
- DNIT 139/2010-ES Pavimentação Sub-base estabilizada granulometricamente
- DNIT 140/2010-ES Pavimentação Sub-base de solo melhorado com cimento
- DNIT 141/2010-ES Pavimentação Base estabilizada granulometricamente
- DNIT 143/2010-ES Pavimentação Base de solo cimento
- DNIT 144/2014-ES Pavimentação asfáltica Imprimação com ligante asfáltico convencional
- DNIT 145/2012-ES Pavimentação Pintura de ligação com ligante asfáltico convencional



- DNIT 146/2012-ES Pavimentação asfáltica Tratamento Superficial Simples com ligante asfáltico convencional
- DNIT 147/2012-ES Pavimentação asfáltica Tratamento Superficial Duplo com ligante asfáltico convencional
- DNIT 148/2012-ES Pavimentação asfáltica Tratamento Superficial Triplo com ligante asfáltico convencional
- DNIT 149/2010-ES Pavimentação asfáltica Macadame betuminoso com ligante asfáltico convencional por penetração
- DNIT 150/2010-ES Pavimentação asfáltica Lama asfáltica
- DNIT 151/2010-ES Pavimentação Acostamentos
- DNIT 152/2010-ES Pavimentação Macadame hidráulico
- DNIT 153/2010-ES Pavimentação asfáltica Pré- misturado a frio com emulsão catiônica convencional
- DNIT 111/2009-EM Pavimentação flexível Cimento asfáltico modificado por borracha de pneus inservíveis pelo processo via úmida, do tipo "Terminal Blending"
- DNIT 129/2011-EM Cimento asfáltico de petróleo modificado por polímero eslastomérico
- DNIT 165/2013-EM Emulsões asfálticas para lama asfáltica
- DNIT 130/2010-ME Determinação da recuperação elástica de materiais asfálticos pelo ductilômetro
- DNIT 155/2010-ME: Material asfáltico Determinação da penetração
- DNIT 164/2013-ME Solos Compactação utilizando amostras não trabalhadas
- DNIT 172/2016-ME Solos Determinação do Índice de Suporte Califórnia utilizando amostras não trabalhadas



### **ANEXO III**





# 35 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 17 de April de 2025, 08:12:54



### CONTRATO 037/2025 - PREFEITURA DE LAGOA SANTA/MG

Código do documento d3449a6a-fce7-4fac-abda-6866c83a2480



### Assinaturas

Alessandro Jorge Salvino alessandrosalvino@lagoasanta.mg.gov.br Assinou como parte

Alessandro Jorge Salvino

ARPAN ENGENHARIA LTDA:30360120000160
Certificado Digital
julia@arpanengenharia.com
Assinou como parte

Claudia Jaqueline dos Santos claudiasantos@lagoasanta.mg.gov.br Assinou como testemunha

Claudia Jaqueline dos Santos

Sthefany Caroline Gonçalves de Oliveira sthefanyoliveira@lagoasanta.mg.gov.br Assinou como testemunha

Sthefany Caroline G. de Oliveira

Sthefany Caroline Gonçalves de Oliveira sthefanyoliveira@lagoasanta.mg.gov.br Aprovou

Sthefany Caroline G. de Oliveira

### Eventos do documento

### 16 Apr 2025, 14:32:36

Documento d3449a6a-fce7-4fac-abda-6866c83a2480 **criado** por CLAUDIA JAQUELINE DOS SANTOS (3f572743-570d-4411-8164-d02e021679f8). Email:claudiasantos@lagoasanta.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-16T11:32:36-03:00

### 16 Apr 2025, 14:36:34

CLAUDIA JAQUELINE DOS SANTOS (3f572743-570d-4411-8164-d02e021679f8). Email: claudiasantos@lagoasanta.mg.gov.br. **REMOVEU** o signatário **3506d1c6-7ba5-4639-b493-4d65f81bff75@grupo.d4sign.com.br** - DATE ATOM: 2025-04-16T11:36:34-03:00

### 16 Apr 2025, 14:38:12

Assinaturas **iniciadas** por CLAUDIA JAQUELINE DOS SANTOS (3f572743-570d-4411-8164-d02e021679f8). Email: claudiasantos@lagoasanta.mg.gov.br. - DATE ATOM: 2025-04-16T11:38:12-03:00

### 16 Apr 2025, 15:14:54

ALESSANDRO JORGE SALVINO **Assinou como parte** - Email: alessandrosalvino@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.107 (187-86-249-107.inetvip.com.br porta: 39742) - Documento de identificação informado:



# 35 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 17 de April de 2025, 08:12:54



968.356.056-34 - DATE ATOM: 2025-04-16T12:14:54-03:00

### 16 Apr 2025, 18:06:00

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - ARPAN ENGENHARIA LTDA:30360120000160 **Assinou como parte** Email: julia@arpanengenharia.com. IP: 177.182.27.88 (b1b61b58.virtua.com.br porta: 10758). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=ARPAN ENGENHARIA LTDA:30360120000160. - DATE\_ATOM: 2025-04-16T15:06:00-03:00

### 17 Apr 2025, 08:10:31

CLAUDIA JAQUELINE DOS SANTOS **Assinou como testemunha** (3f572743-570d-4411-8164-d02e021679f8) - Email: claudiasantos@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.107 (187-86-249-107.inetvip.com.br porta: 20330) - Documento de identificação informado: 000.964.431-89 - DATE ATOM: 2025-04-17T08:10:31-03:00

### 17 Apr 2025, 08:12:25

STHEFANY CAROLINE GONÇALVES DE OLIVEIRA **Assinou como testemunha** (93a8876e-3e05-4ef0-b200-7762d559d073) - Email: sthefanyoliveira@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.107 (187-86-249-107.inetvip.com.br porta: 27208) - Documento de identificação informado: 125.308.626-56 - DATE ATOM: 2025-04-17T08:12:25-03:00

### 17 Apr 2025, 08:12:41

STHEFANY CAROLINE GONÇALVES DE OLIVEIRA **Aprovou** (93a8876e-3e05-4ef0-b200-7762d559d073) - Email: sthefanyoliveira@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.107 (187-86-249-107.inetvip.com.br porta: 27208) - Documento de identificação informado: 125.308.626-56 - DATE ATOM: 2025-04-17T08:12:41-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):51e6dee0ad14665c2f9e61981cd137dd2d54abbd62a508d90ea869e1f1a9355e (SHA512):3cdd204fe891d077f4a7db134be851c450f64c665deefa64c472273debe7b99fd0738af3e21c1a4ce51f5ad65092c3524864962ec65cc11222d9965e4b646b20

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.